



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE LICITAÇÃO

RESPOSTA – IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

EMPRESA: ROCHE DIABETES CARE BRASIL LTDA

Processo: 014607/2024 (Flowdocs).

Processo Licitatório: 06044/2024

Referente à:

PREGÃO Nº 046/2024

DATA DA ABERTURA: 17 de outubro de 2024

HORÁRIO: 14:00

OBJETO: AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS E INSUMOS JUDICIAIS PARA TRATAMENTO DE DIABETES.

Inicialmente informamos que o procedimento licitatório será realizado de na modalidade *PREGÃO ELETRÔNICO* do tipo *menor valor unitário por lote*, para *REGISTRO DE PREÇO*, com observância as disposições contidas no Decreto Municipal 3.847 de 12 de junho de 2024, na Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021 e Lei Complementar Federal nº 123/2006, bem como suas posteriores modificações e demais normas complementares e disposições deste instrumento. O edital foi publicado no Diário Oficial do Município em 27/09/2024 e no jornal de grande circulação (Jornal O Dia) em 28/09/2024, além de ficar disponível para download na página da prefeitura no link: <https://www.sjvriopreto.rj.gov.br/licitacao> e na plataforma BLL Compras.

DA TEMPESTIVIDADE

O pedido de impugnação foi feito pela empresa **ROCHE DIABETES CARE BRASIL LTDA** e recebido por esta Prefeitura, tempestivamente. O mesmo foi enviado via plataforma BLL Compras em 11 de Outubro de 2024 e protocolado nesta Prefeitura sob o n.º 014607/2024 (Flowdocs).

DO PEDIDO

Em breve resumo, a empresa informa que “O termo de referência necessita das seguintes retificações e inclusão, referentes às quantidades dos produtos a serem Fornecidos,” conforme informado abaixo:

- a) **ITEM 11:** CÂNULA E RESERVATÓRIO NÃO COMPÕEM O KIT INICIAL, de maneira que devem ser retirados da descrição constante do termo de referência, para que o item corresponda com exatidão ao kit registrado na ANVISA, Registro M.S 81414021712, informnado em forma de tabela o “Kit Solo inicio de terapia Accu-Chek Solo, que se refere a descrição Accu-Chek Solo system G mg BR/ptb (Kit Accu-Chek Solo)”.

- b) **ITEM 12: CORREÇÃO PARA 48 CAIXAS**, tendo em vista que segundo a impugnante “são necessárias 48 (quarenta e oito) caixas, na medida em que a orientação do consumo anual são de 12 (doze) caixas por cada paciente”.
- c) **ITEM 13: CORREÇÃO PARA 64 CAIXAS**, tendo em vista que “para o correto atendimento dos 4 (quatro) pacientes, são necessárias 64 (sessenta e quatro) caixas, visto que cada cartucho tem duração aproximadamente 3 (três) dias, o que significa dizer que cada paciente utilizará 16 (dezesesseis) caixas ao ano”.
- d) **INCLUSÃO DEMAIS UM ITEM: CÂNULA DE 9MM, NA MESMA QUANTIDADE DO ITEM 12**, alegando a impugnante que a “Municipalidade deve incluir mais um item no termo de referência, alusivo à cânula de 9mm, em igual quantidade do item 12 (48 caixas), uma vez que cada paciente possui uma aderência à um determinado tipo de cânula (6mm ou 9mm)”, viabilizando o adequado acesso aos pacientes assistidos.
- e) **CORREÇÃO DO ITEM 14: MANUTENÇÃO APENAS DA MINI BOMBA**, alegando a impugnante que “a Roche **não dispõe** do referido kit de manutenção, haja vista que, conforme a praxe, no início da terapia, os pacientes recebem o kit inicial e, somente após 06 (seis) meses, há solicitação de fornecimento da mini bomba Accu-Chek Solo de forma avulsa, a título de reposição”, sendo necessário que o item 14 seja ajustado, “**mantendo-se apenas a exigência de mini bomba**”.

Em seu item IV a impugnante solicita a retificação da validade do produto, pertinente ao item 9.15, letra “h”, do edital, de acordo com o constante na carta de esclarecimentos da Roche que a empresa faz constar na presente impugnação. Esclarece a impugnante que os “produtos Accu-Chek Solo fazem parte de uma linha integralmente importada, com características de materiais com **validades relativamente reduzidas**”, solicitando que a validade inferior a 12 (doze) meses, não deve prosperar, explicando o motivo.

Finaliza a impugnante fazendo seu Requerimento, conforme item V:

Diante do exposto, requer-se o **processamento e acolhimento** do pedido de impugnação, para (i) retificação e inclusão dos ponto(s) discutido(s) no item III da minuta e (ii) exclusão da exigência contida no subitem 9.15, “h”, do edital, referente à vedação à validade inferior a 12 (doze) meses, a partir da data de entrega do produto, uma vez que a linha Solo possui a validade de entrega entre 04 (quatro) e 08 (oito) meses a depender do tipo de produto”.

DO JULGAMENTO

Sempre é bom lembrar que o Art. 5º da Lei n.º 14.133 de 01 de abril de 2021 diz: Na aplicação desta Lei, serão observados os **princípios** da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo (...).

Antes de analisarmos e julgarmos a impugnação, necessário se faz enviá-la ao órgão requisitante, neste caso, a Secretaria Municipal de Saúde, com vistas a equipe técnica da Farmácia Municipal para análise, pronunciamento e deliberação quanto a impugnação, uma vez que a mesma trata-se de quesito técnico.

A impugnação foi respondida pelo Chefe de Divisão da Farmácia Municipal, conforme abaixo:

“Considerando que é um produto nunca utilizado anteriormente nesta farmácia.

Considerando que a solicitação de compra e solicitação de registro de preços, foi baseada na prescrição médica.

Considerando que no ato da aquisição emergencial direta, não foram feito estes questionamentos, esta farmácia somente seguiu conforme orientação médica ao pedir o registro de preços.

Ocore que conforme informação da fabricante , contem erros no edital, podendo a vir dar deserto a licitação pelo erros descricionários dos produtos.

Com isso, acato a informação da fabricante e de prosseguimento as correções segeridas, evitando assim que o pregão de deserto e ficando sem podermos adquirir os produtos futuramente”.

A Lei 14.133/21, assim dispõe:

“Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas de Direito Brasileiro.”

A vinculação ao edital é um princípio da licitação, e faz lei entre as partes – Administração e licitantes.

Como pode ser verificado, a empresa não demonstra irregularidade no edital e sim equívoco na forma de aquisição e na validade dos produto.

Considerando que esta Pregoeira entende que os princípio basilares aplicados ao direito administrativo e, mais especificamente, as licitações nomeados no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, com destaque aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo.

Considerando que essa Pregoeira entende que o procedimento licitatório deverá ser conduzido de maneira imparcial e isonômica e que age visando o interesse público e a proposta mais vantajosa para a administração, além de obedecer rigorosamente a todos os princípios que norteiam o universo licitatório, dentre eles a vinculação ao instrumento convocatório.

Considerando o deferimento pelo próprio Setor Técnico, a Farmácia Municipal acatando as informações da fabricante e opinando pelo prosseguimento e correções sugeridas”.

Considerando que o Pregão Eletrônico nº 044/2024 foi adiado “*sine die*” na data de 14/10/2024 para adequações, bem como, as publicações feitas nos meios de comunicação, esta Pregoeira/Agente de Contratação opina pelo deferimento da impugnação interposta, informando que o processo será enviado ao Exmo. Sr. Prefeito para deliberação.

Por fim, informo que cabe ao Pregoeiro o dever de cumprir o que lhe foi determinado em ato convocatório, especialmente as atribuições que lhe são conferidas, de acordo com o Art. 1º, III, da Lei Complementar nº 096/22.

DA DECISÃO

Diante do exposto, na qualidade de Pregoeira, tendo como base o entendimento da parte técnica, a Farmácia Municipal, da Secretaria Municipal de Saúde, opino pelo deferimento do pedido de impugnação feito pela empresa **ROCHE DIABETES CARE BRASIL LTDA**, razão pelo qual o Termo de Referência e Edital deverá ser alterado e o Pregão nº 044/2024 adiado e após os tramites necessários, remarcado com nova data e horário, respeitando a lei 14.133/2021. Faço constar o envio do processo ao Exmo. Sr. Prefeito para deliberação. Após dê publicidade, bem como, que a resposta seja disponibilizada na plataforma BLL Compras e demais veículos de comunicação, quais sejam, no Diário Oficial do Município, portal da transparência, além de ficar disponível para download na página da prefeitura no link: <https://www.sjvriopreto.rj.gov.br/licitacao>.

São José do Vale do Rio Preto, em 16 de outubro de 2024

FLAVIANA MEDEIROS LAMEIRA RIBEIRO
Agente de Contratação/Pregoeira